

MINUTA

Anexo E, do Edital de Credenciamento nº 03/2021, do CeIMSPA

MARINHA DO BRASIL

CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SÃO PEDRO DA ALDEIA

TERMO DE CREDENCIAMENTO COM PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS (PSA)

Nº _____/____

Termo de Credenciamento celebrado entre a **União**, por intermédio da **Marinha do Brasil** através do Centro de Intendência da Marinha em São Pedro da Aldeia, e

_____,
para prestação de serviços de Saúde aos beneficiários do Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), na área de abrangência da Policlínica Naval de São Pedro Aldeia.

A União, por intermédio do **CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SÃO PEDRO DA ALDEIA** (CeIMSPA), com sede na rua Comandante Ituriel s/nº - bairro Base Aérea Naval – Município de São Pedro da Aldeia - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.502/0398-65, neste ato representado pelo Sr. LEANDRO RUBINO RAMOS, nomeado pela Portaria nº 255/MB, de 19 de agosto de 2020, publicada no *DOU* de 24 de agosto de 2020, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Ordem de Serviço nº 4, de 13/01/2021, doravante denominado _____ simplesmente **CREDENCIANTE** e _____, inscrito no **CNPJ/CPF** sob o nº _____ e **CPF** nº _____, com sede na _____, CEP _____, no Município de _____ - Estado _____, doravante denominado **CREDENCIADO**, tendo em vista o que consta no Processo nº 63398.000044/2022-57, Termo de Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (TJIL) nº 03/2021, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações, e nas demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. O presente Termo de Credenciamento será regido pelo disposto na Lei nº 8.666/1993 e demais legislação aplicável ao assunto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

2.1. O presente termo vincula-se ao Termo de Justificativa de Inexigibilidade de Licitação nº 03/2021, ratificado em ____ / ____ / 2022 pelo Comando da Força Aeronaval, nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APROVAÇÃO DA MINUTA

3.1. O Termo de Credenciamento foi examinado e aprovado juridicamente pela Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio de Janeiro, sendo atendidas as recomendações constantes do Parecer nº _____, nos termos do parágrafo único do Art. 38, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

4.1. De acordo com as normas aprovadas pela Portaria nº 180/MB/2001, alterada pelas Portarias nº 236/MB/2002, 258/MB/2003, 111/MB/2004, 258/MB/2012, 159/MB/2013, 626/MB/2014 e 26/MB/2021, o Comandante de Operações Navais tem competência para assinar este acordo e seus documentos decorrentes em nome da MARINHA DO BRASIL. O Comandante de Operações Navais, pela Portaria nº 12/2020, subdelegou competência ao Comandante em Chefe da Esquadra para assinar este acordos e seus documentos decorrentes. O Comandante em Chefe da Esquadra subdelegou competência ao Comandante da Força Aeronaval, pela Portaria nº ___/2022, que subdelegou competência ao Diretor do Centro de Intendência da Marinha em São Pedro da Aldeia pela Portaria nº ___/2022, para assinar este Termo de Credenciamento e seus documentos decorrentes.

4.2. De acordo com o Estatuto Social, o (a) Sr. (Sra.) _____, CPF nº _____ (Cargo ou função), tem competência para assinar este acordo em nome da CREDENCIADO.

CLÁUSULA QUINTA - OBJETO

5.1. Constitui objeto do presente Termo de Credenciamento, a prestação de serviços de saúde na especialidade de _____ como **Profissional de Saúde Autônomo (PSA)**, incluindo a realização de serviços auxiliares de diagnóstico, conforme **Certificado de Registro Cadastral (CRC)**, Anexo a este Termo de Credenciamento, aos usuários do SSM, aqui denominados simplesmente USUÁRIOS.

5.2. Integram o presente Termo de Credenciamento, independentemente de transcrição, o Edital de Credenciamento nº **03/2021**, com seus Anexos e Apensos.

5.3. O credenciamento fica adstrito às especialidades ofertadas pela credenciada, conforme descritos no **Certificado de Registro Cadastral (CRC)**.

CLÁUSULA SEXTA - DA MANUTENÇÃO PELO CREDENCIADO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

6.1. Obriga-se o CREDENCIADO a manter, durante a vigência contratual, todas as condições para habilitação demonstrada para credenciamento, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

7.1. Da indicação para o atendimento em Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) CREDENCIADO

7.1.1. O encaminhamento de USUÁRIOS para atendimento hospitalar ou ambulatorial em Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) CREDENCIADO será realizado em caráter complementar ao atendimento prestado nas instalações do CREDENCIANTE. O paciente poderá ser encaminhado a partir de atendimento em consultório, setor de emergência ou internamento.

7.1.2. A solicitação do tratamento, procedimento ou exame diagnóstico poderá ser feita por profissional da área de saúde, militar ou civil, desde que autorizada previamente pela Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia em formulário próprio (GAU). O encaminhamento para atendimento em PSA credenciado ficará a critério do CREDENCIANTE que avaliará o custo benefício, a conveniência do encaminhamento e a indisponibilidade do serviço em suas instalações.

7.1.3. A escolha do profissional que prestará o serviço, dentre os PSA disponíveis na rede de conveniados do CREDENCIANTE, sempre será um direito do paciente ou familiar ou responsável, não havendo por parte do CREDENCIANTE obrigação de prover demanda mínima de encaminhamento ao CREDENCIADO.

7.2. Da autorização do encaminhamento

7.2.1. O encaminhamento para o CREDENCIADO será previamente autorizado pelo CREDENCIANTE, salvo os casos de urgência ou emergência.

7.2.2. A autorização será expressa por meio da Guia Apresentação do Usuário (GAU) informatizada, emitida pelo CREDENCIANTE, podendo ser apresentada na forma provisória, ou seja, preenchida manualmente, seja por motivos de indisponibilidade dos sistemas de informatização do CREDENCIANTE e/ou emergência.

7.2.3. O prazo de validade da Guia de Apresentação do Usuário (GAU) para consulta é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de expedição, sem prorrogação.

7.2.4. O prazo de validade da Guia de Apresentação do Usuário (GAU) para exames é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de expedição, sem prorrogação.

7.2.5. Referente aos pacientes já em tratamento em Organização de Saúde Extra-Marinha (OSE) CREDENCIADO, para todo e qualquer procedimento, não descrito na guia de autorização inicial, deverá ser solicitado autorização para realização a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia.

7.2.6. Quando houver necessidade de promover alterações no programa de tratamento já iniciado, o profissional assistente do CREDENCIADO justificará a alteração através de relatório que será encaminhado ao CREDENCIANTE para nova autorização.

7.2.7. A execução de tratamentos paralelos e exames complementares nas instalações do próprio CREDENCIADO deverão ser autorizados pelo CREDENCIANTE por meio de nova GAU. Para tanto o USUÁRIO ou responsável deve retornar com a solicitação ao Departamento Médico da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia.

7.3. Das providências do CREDENCIADO quanto ao atendimento

7.3.1. Os USUÁRIOS se submeterão ao prévio agendamento dos atendimentos, salvo os casos de urgência ou emergência. O CREDENCIADO deverá agendar atendimento somente mediante confirmação junto ao usuário da existência de GAU para cobrir o atendimento.

7.3.2. O atendimento acontece com o ato de acolhimento do paciente, seguido da prestação dos serviços contratados, e será efetuado mediante a apresentação da GAU e identificação do usuário a ser atendido. Para os atendimentos realizados em sessões, o recolhimento da GAU se dará no momento da primeira sessão.

7.3.3. O CREDENCIADO colocará à disposição dos usuários do SSM todos os recursos necessários ao atendimento nas especialidades e serviços previstos na CLÁUSULA QUINTA deste objeto, não diferenciando dos demais pacientes atendidos, sejam particulares ou não, priorizando os atendimentos às pessoas com mais de 60(sessenta) anos, as gestantes, lactentes e crianças até 05 (cinco) anos de idade.

7.3.4 Fica estipulado, que qualquer atendimento prestado pelo CREDENCIADO, sem que antecipadamente tenha sido emitida a GAU, bem como a realização de qualquer procedimento autorizado para outro prestador de serviço, será de inteira responsabilidade da mesma, inexistindo qualquer ônus para a CREDENCIANTE.

7.3.5. O CREDENCIADO no ato do atendimento solicitará ao Usuário do SSM à apresentação da CARTEIRA DE IDENTIDADE expedida pelo Comando da Marinha acompanhada da Guia de Apresentação do Usuário (GAU), exceto casos de urgência e emergência.

7.3.5.1 Em caso de perda ou roubo, o militar ou seu dependente deverá apresentar outro documento de identificação próprio (carteira de identidade, certidão de nascimento ou outro documento que o identifique).

7.3.6. O CREDENCIADO deve providenciar a assinatura pelo USUÁRIO ou por seu responsável na GAU, para realização da cobrança. Para atendimentos realizados na forma de sessões o CREDENCIADO deverá registrar no verso da GAU a data e coletar uma assinatura do USUÁRIO para cada atendimento.

7.3.7. Em hipótese alguma, o CREDENCIADO poderá realizar qualquer cobrança relativa ao tratamento, diretamente ao USUÁRIO, familiar ou seu responsável, por serviços cobertos por este Credenciamento, bem como orientar o USUÁRIO a pleitear o reembolso posterior junto ao CREDENCIANTE. É expressamente vedada a cobrança de valores adicionais, a qualquer título, por parte do CREDENCIADO, em relação aos USUÁRIOS.

7.3.8 Para atendimento em emergência, o CREDENCIADO manterá o período de 24 (vinte e quatro) horas.

7.3.9 Em casos de urgência e emergência em que o USUÁRIO não apresente a GAU ao CREDENCIADO, o CREDENCIANTE responsabilizar-se-á pelo atendimento do USUÁRIO, desde que o usuário e/ou o responsável pelo mesmo ou ainda um preposto comunique o fato a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, dentro das primeiras 24 (vinte e quatro) horas, quando a urgência ocorrer nas cidades de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia e, em 48 (quarenta e oito) horas nas demais localidades.

7.3.10. Nos atendimentos de urgência e/ou emergência o CREDENCIADO deverá proceder da seguinte maneira:

- a) Identificar o USUÁRIO com a CARTEIRA DE IDENTIDADE expedida pelo Comando da Marinha, não podendo exigir do USUÁRIO a obtenção de Guia de Apresentação do Usuário (GAU), ou de qualquer outro documento que vise uma autorização por parte do CREDENCIANTE para a realização dos procedimentos de natureza urgente ou emergente.

b) O CREDENCIADO deverá orientar o USUÁRIO ou seu representante legal a assinar Termo de Responsabilidade sobre as despesas para com o CREDENCIADO (modelo próprio do CREDENCIADO), não podendo exigir do USUÁRIO outra forma de garantia (ex: cheque caução).

c) Orientar o USUÁRIO ou seu responsável a providenciar a Guia de Apresentação do Usuário (GAU) junto a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia e posteriormente entregar ao CREDENCIADO, para a devida substituição do Termo de Responsabilidade.

7.3.11. O Departamento Médico da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia deverá providenciar a Guia de Apresentação do Usuário (GAU), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após ter tomado conhecimento e comprovada a urgência/emergência do atendimento.

7.3.12. Na impossibilidade de realizar a identificação do USUÁRIO, o CREDENCIADO fica desobrigada a atendê-lo, nas condições pactuadas no presente credenciamento, passando a considerá-lo como paciente particular, sujeito às normas e tabelas específicas, arcando o paciente com todas as despesas de seu atendimento ou internação, retroativo a data do início da prestação dos serviços.

7.5. Orçamentos

7.5.1. Quando houver necessidade, o CREDENCIANTE poderá solicitar orçamento de serviço previsto em credenciamento ou não. O CREDENCIADO deverá apresentar orçamento discriminado do serviço, contendo nome do serviço a ser realizado, seu valor, nome do paciente e prazo de vigência.

7.5.2. Os orçamentos serão autorizados pelo Serviço de Auditoria em até 10 (dez) dias úteis do recebimento.

7.6. Dos serviços não atendidos pelo credenciamento

7.6.1. Não devem ser prestados por este credenciamento os seguintes serviços:

- a)** procedimentos de natureza estética, inclusive cirurgia plástica estética;
- b)** despesas não relacionadas com tratamento previamente autorizado;
- c)** utilização de artigos importados quando houver similar nacional de boa qualidade;
- d)** fornecimento de órteses ou próteses não relacionados ao ato cirúrgico, sem prévia autorização do CREDENCIANTE;
- e)** cirurgias não-éticas, inclusive interrupção de gestação;
- f)** tratamento médico ou odontológico não reconhecido pelos conselhos federais de medicina e odontologia;
- g)** implantodontia ou tratamento e manutenção ortodôntico para pacientes acima de 16 (dezesesseis) anos, exceto casos excepcionais autorizados pela CREDENCIANTE;
- h)** tratamentos médicos e de outras especialidades experimentais;
- i)** tratamentos de reprodução assistida;
- j)** acomodação hospitalar em padrão de conforto superior ao estabelecido pelo credenciamento;

- k)** teste de DNA para fins de comprovação de paternidade, tratamentos de infertilidade, fecundação e fertilização;
- l)** internação para realização de exames de diagnóstico que não requeiram realização de procedimento e/ou administração de medicamentos;
- m)** recanalização de trompas e canais deferentes;
- n)** tratamento em estância hidromineral e hidrotermal, de repouso ou clínica de emagrecimento;
- o)** vacina dessensibilizante e vacina imunizante disponível na rede pública ou não reconhecida pelo Ministério da Saúde;
- p)** aquisição de óculos e aparelhos correlatos;
- q)** fornecimento adicional de medicamentos para tratamento ambulatorial, após alta hospitalar, exceto em casos previstos em contrato;

CLÁUSULA OITAVA - PREÇOS

8.1. Os preços dos procedimentos, objeto deste Termo de Credenciamento, obedecerão à tabela _____ (este campo será preenchido, de acordo com a especificidade de cada Credenciamento, com uma das opções constantes do Apêndice I do Projeto Básico).

CLÁUSULA NONA - DOS REAJUSTES

9.1. Os valores decorrentes do Edital devem ser fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 meses, nos termos do art. 1º, da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

9.2. Após o decurso de cada 12 meses da assinatura do contrato, havendo interesse mútuo entre a CREDENCIANTE e a CREDENCIADA na continuidade do contrato que entre si firmaram, nos termos do Anexo IX da Instrução Normativa nº05, de 25 de maio de 2017, da SEGES/ME, poderão ocorrer reajustamentos anuais dos preços, após acordo prévio entre a CREDENCIANTE e a CREDENCIADA, observando-se os seguintes critérios:

9.2.1. Os valores constantes nas tabelas oficiais (CBHPM, COFFITO, CRP, SIMPRO, dentre outras) poderão ser reajustadas na medida em que tais tabelas venham a sofrer reajustes;

9.2.2. Os valores prefixados no Edital, que tenham sido estabelecidos por meio de pesquisa de mercado, poderão sofrer reajustes com base nos índices do IPCA, ou outro índice que o substitua.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

10.1. Do faturamento

10.1.1. As faturas concernentes aos serviços prestados serão apresentadas pelo CREDENCIADO em 01 (uma) via em nome do **Centro de Intendência da Marinha em São Pedro da Aldeia** entre os dias 01 (um) e 10 (dez) do mês subsequente ao atendimento. Essas deverão relacionar

os USUÁRIOS atendidos no período e os respectivos serviços efetuados, bem como apresentar em anexo as GAU originais na ordem de apresentação dos nomes dos pacientes, as solicitações médicas e dos profissionais de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e nutrição, quando houver atendimento destas especialidades, juntamente a documentação nosológica comprobatória da realização dos procedimentos com os códigos e valores. No caso de materiais e medicamentos de alto custo deverão constar junto à documentação nosológica os invólucros e a GAU. Em se tratando de OPME para pacientes internados, encaminhar-se-á as cópias dos invólucros constando código ANVISA, a GAU original de autorização do OPME e procedimento, assim como a cotação aprovada pela auditoria da PNSPA; os invólucros originais deverão permanecer no prontuário. Quando o atendimento for ambulatorial ou Hospital Day os invólucros originais deverão ser encaminhados. A nota fiscal de aquisição de órteses, próteses, materiais especiais e medicações de alto custos deverá ser apresentada com a fatura, e estar nominal ao paciente atendido.

10.1.2. O CREDENCIADO disponibilizará a documentação de comprovação dos gastos com a fatura e os prontuários médicos para auditoria, a fim de prosseguir com o processo de lisura. Não cumprida essa exigência, o CREDENCIANTE devolverá o respectivo processo para ser reapresentado no mês posterior.

10.1.3. A fatura deve discriminar dados da Guia de Apresentação do Usuário (GAU) (número da guia, exceto para Guias provisórias), dados do usuário atendido (nome; no do código de usuário), dados do atendimento (data; código e nome do serviço; materiais, medicamentos e respectivos fabricantes; valor em Reais por item discriminado) e valor total da fatura.

10.1.4. Não será permitido referenciar uma GAU que tenha sido anexada em outra fatura ou que será incluída em fatura no futuro.

10.1.5. A entrega das faturas ao CREDENCIANTE deverá respeitar as datas e horários regulados e informados pela Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia. As alterações de datas e horários serão feitas a critério do CREDENCIANTE, e serão informadas previamente, sendo que a falta deste não implicará em obrigação do CREDENCIANTE em receber a fatura.

10.1.6. Eventualmente, as faturas deverão ser apresentadas adicionalmente e a qualquer tempo, mediante solicitação do CREDENCIANTE.

10.2. Da lisura e glosas

10.2.1. As faturas apresentadas pelo CREDENCIADO referente aos serviços prestados aos usuários do CREDENCIANTE serão submetidas à lisura pré-pagamento.

10.2.2. É reservado ao CREDENCIANTE, mediante análise técnica e administrativa, o direito de glosa total ou parcial nos procedimentos apresentados, em desacordo com as disposições contidas neste Termo de Credenciamento, de acordo com a legislação complementar aplicável e atos normativos pertinentes.

10.2.3. O CREDENCIANTE terá prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos para realizar a auditoria das contas, contados a partir da data de entrega da fatura, emitindo um relatório de lisura/glosa. O referido prazo poderá ser estendido no caso da fatura ser solicitada para análise da Diretoria de Saúde da Marinha.

10.2.4. Para as faturas que tiverem seus valores parcial ou totalmente glosados, será aberto um Processo de Glosa, registrando as razões das glosas efetuadas, discriminando o item e valor das mesmas, conforme tabela descrita no APÊNDICE I.

10.2.5. O CREDENCIADO será notificada por meio de contato telefônico, correio eletrônico, ou outros meios se disponíveis, da existência do Processo de Glosa, devendo a mesmo retirar o processo, em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a notificação. A não observância do prazo de retirada pelo CREDENCIADO resultará no pagamento pelo valor corrigido pelo CREDENCIANTE, não cabendo àquela recurso posterior.

10.2.6. O CREDENCIADO, em caso de concordância com os valores glosados, deverá registrar por escrito no Processo de Glosa, a aceitação dos valores glosados pelo CREDENCIANTE.

10.2.7. O CREDENCIADO, em caso de discordância dos valores glosados pelo CREDENCIANTE, terá prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de retirada do Processo de Glosa, para recorrer da glosa, também por escrito, em folha a ser incluída no processo, com a devida justificativa de revisão do valor ou itens glosados pelo CREDENCIANTE. Em casos de glosas parciais, o CREDENCIANTE realizará o pagamento parcial da fatura e aguardará a apresentação do recurso de glosa pelo CREDENCIADO.

10.2.8. No caso do CREDENCIADO retirar o Processo de Glosa e não apresentar recurso de glosa no prazo estipulado acima serão pagos os valores corrigidos pelo CREDENCIANTE, não cabendo recurso posterior.

10.2.9. O recurso de glosa deverá ser entregue na forma escrita juntamente com o Processo de Glosa na Secretaria de Comunicações (SECOM) da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia. O recurso de glosa poderá ser deferido ou não pelo CREDENCIANTE.

10.2.10. Finalizado a auditoria sobre o Processo de Glosa, será registrada a aceitação por ambas as partes no Processo. Nos casos de glosas injustificadas realizadas pelo CREDENCIANTE, o mesmo, terá um prazo de 30 (trinta) dias após emissão de nota fiscal para complementar o pagamento ao CREDENCIADO.

10.2.11. No caso de glosas justificadas, em que os procedimentos tenham sido realizados em desconformidade com este Credenciamento ou demais normas éticas, o CREDENCIADO não poderá recorrer diretamente ao USUÁRIO para se ressarcir sem autorização prévia, formal, por parte do CREDENCIANTE.

10.2.12. Dos motivos de glosas:

10.2.12.1. Serão motivos de glosa por parte do CREDENCIANTE:

- a) Apresentação da fatura junto com CÓPIA da Guia de Apresentação do Usuário (GAU);
- b) GAU em nome de outro prestador de serviço;
- c) GAU fora da vigência;
- d) Realização de serviços não cobertos por este credenciamento;
- e) A falta da data de atendimento na fatura;
- f) A falta de data ou da assinatura do usuário na GAU será motivo para glosa;
- g) A falta de data ou da assinatura do usuário no verso da GAU será motivo para glosa do valor da sessão em falta (no caso de terapias);
- h) Falta do relatório justificando a urgência/emergência, quando for o caso;
- i) Falta do horário de atendimento quando for realizado em caráter de urgência ou emergência, ou horário especial;

j) Atendimento eletivo sem a respectiva GAU;

k) A falta de especificação na fatura apresentada dos nomes dos fabricantes dos materiais e medicamentos implicará no pagamento do valor correspondente ao fabricante com menor valor;

l) Faturamentos em desacordo com a Tabela Índices e Valores, parte integrante do Edital;

10.2.13. O CREDENCIANTE não reconhecerá as despesas referentes às Guias de Apresentação do Usuário (GAU) anexadas às faturas com data de encaminhamento superior a 30 (trinta) dias após a execução dos serviços.

10.3 Do pagamento

10.3.1. O CREDENCIADO apresentará a Nota Fiscal, em até 05 (cinco) dias úteis após solicitação do CREDENCIANTE, para permitir a continuidade do processo de pagamento (liquidação e pagamento).

10.3.2. O pagamento da despesa pelo agente recebedor se dará através de crédito bancário na conta da empresa, desde que haja disponibilidade de recursos financeiros repassados pelo Tesouro Nacional ou pelo Fundo de Saúde da Marinha, para atender o cronograma de desembolso, conforme previsto no Parágrafo Único, do Art. 9º, combinado com o Art. 12, do Decreto no 1.054/94.

10.3.2.1. Em todas as fases do processo de pagamento será verificada a regularidade fiscal do CREDENCIADO, por meio de consulta ao SICAF. O processo de pagamento terá seu andamento interrompido quando for verificada a falta de atualização de uma ou mais certidões obrigatórias (Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a emissão da Certidão Negativa de Débitos; Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), e emissão do Certificado de Regularidade para com a Fazenda Federal acompanhada da Certidão da Dívida Ativa da União, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal).

10.3.3. O CREDENCIANTE realizará o pagamento das faturas apresentadas nas condições prescritas, se julgadas regulares e após a lisura, dentro de um prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da Nota Fiscal de Serviço.

10.3.4. Não serão efetuados pagamentos ao CREDENCIADO quando ocorrerem as seguintes situações:

a) Enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidade ou inadimplência contratual por parte do CREDENCIADO;

b) Não apresentação dos demonstrativos dos serviços prestados, nas condições prescritas pela CREDENCIANTE;

c) Enquanto houver pendência de liquidação de qualquer obrigação de ordem financeira, previdenciária ou obrigações sociais por parte do CREDENCIADO.

10.3.5. Em hipótese alguma o CREDENCIADO poderá submeter, ao paciente que está sendo atendido, qualquer assunto referente a pagamento de serviços prestados que estejam sendo objeto de discussão entre as partes, com a finalidade de não prejudicar a saúde do paciente.

10.3.6. O CREDENCIADO declarará, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês de dezembro de cada ano, quais as faturas e valores em aberto (ou seja, não pagas) sem emissão de nota de empenho considerando o mês de novembro como limite inclusive.

10.3.7. A não observância do item acima presume a inexistência de débitos anteriores ao mês de dezembro do ano em curso.

10.3.8 Quando houver divergências dos valores apresentados na declaração, o CREDENCIANTE comunicará por escrito o CREDENCIADO o dia oportuno para prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Os recursos para amparar as despesas decorrentes dos serviços realizados com base nos credenciamentos oriundos deste processo correrão a conta de recursos específicos consignados na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 00001/91181

Fonte: 0170702303

Programa de Trabalho: 174668

Elemento de Despesa: 339039

PI: B42201002DU

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização será exercida pelo Gestor, Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico do Contrato, especialmente designados por Portaria a ser emitida pelo Diretor do Centro de Intendência da Marinha em São Pedro da Aldeia, composto por militares e/ou servidores civis, pertencentes a esta Policlínica.

12.2. O Gestor, Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico terão plenos poderes para:

12.2.1. Exigir da CREDENCIADA a retirada imediata de qualquer dos prepostos desta que embarquem a sua ação fiscalizadora ou que não sejam considerados pelo CREDENCIANTE capazes para o fim desejado, independentemente de justificativas; e

12.2.2. Sustar qualquer atendimento que não esteja sendo executado de acordo com os especificados nos documentos pertinentes.

12.3. A fiscalização ocorrerá no local onde estiver sendo executado o atendimento, a qualquer tempo, pelos membros designados pela Portaria de Fiscalização, que poderão ser assessorados por profissionais ou entidades especializadas na execução da ação fiscalizadora. Para a consecução desta ação, serão observados os critérios estabelecidos de habilitação/fiscalização e das características de atendimento constantes do Edital.

12.3.1. A Fiscalização técnica do credenciamento, também levará em conta as evidências científicas, nas diversas áreas de atendimento em saúde presente nesse Projeto Básico, ao avaliar os procedimentos e cobranças realizadas pelas CREDENCIADAS.

12.4. Somente serão pagos os serviços já realizados, aprovados e certificados pelo Fiscal do Contrato.

12.5. A CREDENCIANTE tem competência para acompanhar o atendimento, examinar o paciente, avaliar o tratamento proposto, sustar qualquer serviço que não esteja sendo prestado com a técnica adequada, bem como remover o paciente para outra unidade médica que julgar conveniente.

12.6. A CREDENCIANTE deverá ter acesso ao prontuário do paciente e à conta de despesas médicas para realização de Auditoria de Contas Médicas, Auditoria Concorrente e Pré-Auditoria.

12.7. O prazo para comunicação de glosas será de 20 (vinte) dias.

12.8. O prazo para apresentação de recursos contra glosas será de 5 (cinco) dias.

12.9. O prazo para revisão de glosas será de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

13.1. O **CREDENCIADO**, conforme previsto nos serviços ofertados no seu **Certificado de Registro Cadastral (CRC)**, no que couber, deverá:

13.1.1. Fornecer a supervisão e toda a mão de obra direta e indireta, técnica e administrativa, necessárias à execução dos serviços, assumindo toda a responsabilidade decorrente de legislação trabalhista e previdenciária, incluindo eventual seguro contra acidentes de trabalho, como única empregadora;

13.1.2. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia ou com a Marinha do Brasil;

13.1.3. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência sob jurisdição da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, caso, excepcionalmente, seja autorizado pelo Diretor da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia (CREDENCIANTE), a execução de serviço nas instalações da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia (CREDENCIANTE);

13.1.4. Admitir, demitir, classificar, reclassificar, promover, transferir, substituir, reajustar e modificar condições de contratos de trabalho, de acordo com a sua política administrativa de pessoal e observadas as disposições vigentes, ficando estabelecido para todos os efeitos legais que não há vínculo empregatício entre o CREDENCIANTE e o pessoal que porventura vier a ser designado pelo CREDENCIADO para prestação dos serviços aqui especificados;

13.1.5. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados a este Credenciamento, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência;

13.1.6. Manter, nos serviços solicitados, pessoal tecnicamente qualificado. A responsabilidade técnica pelos profissionais prepostos do CREDENCIADO e regularidade perante seus órgãos de classe são de responsabilidade exclusiva do CREDENCIADO e qualquer falta neste sentido será motivo para rescisão contratual;

13.1.7. Fornecer materiais permanentes, materiais de consumo e todo o material necessário à prestação dos serviços especificados aqui pelo pessoal designado pelo CREDENCIADO (equipamentos, material hospitalar, material cirúrgico, material de higiene, utensílios, impressos, material de escritório, etc);

13.1.8. Emitir notas fiscais e/ou faturas, as quais serão enviadas à Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, para auditagem e aprovação, que deverão conter relatório descritivo de procedimentos executados, encaminhando os seguintes documentos anexados:

13.1.8.1. Relatório de informações detalhadas quanto aos procedimentos, gastos com materiais, medicações, etc., dos casos dos pacientes internados, estando separados os custos de unidades fechadas (UTI, UC, UTQ, UTIP, UTIN), dos custos de enfermaria e/ou apartamento;

13.1.8.2. Planilha pormenorizada onde constem os atendimentos realizados pelos serviços de fisioterapia, fonoaudiologia e psicologia, discriminando os procedimentos para autorização e faturamento. As Guias de Apresentação de Usuários (GAU) deverão constar o nº de sessões inicialmente autorizadas pela Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, e que para cada sessão, conste a data e a assinatura do paciente. Ao final de todas as sessões no CREDENCIADO poderá encaminhar a cobrança;

13.1.8.3. Relatório de descrição cirúrgica e ficha de anestesia;

13.1.8.4. Relatório descritivo de materiais e medicamentos consumidos durante atendimento, cirurgia ou internação, separados por internação em UTI, UC, UTQ, UTIP, UTIN, dos custos de enfermaria e/ou apartamento;

13.1.8.5. Exames complementares com cópia de laudo; e

13.1.8.6. Cópia da justificativa técnica quando for necessário o uso de materiais especiais, órteses ou próteses.

13.1.9. O CREDENCIADO deverá obedecer rigorosamente as normas de biossegurança vigentes no país para os procedimentos de coleta, acondicionamento e transporte de amostras biológicas, Coleta de materiais e peças para análise clínica, patológica, e citoscopia, acondicionamento, transporte e entrega dos materiais e resultados;

13.1.10. Comunicar a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia (CREDENCIANTE), por escrito, mudança de endereço, de dias e horários de atendimento aos USUÁRIOS, corpo clínico, exames e serviços prestados, com antecedência mínima de 30 (trinta dias) dias. Assim como fornecer todos os documentos que tenham validade definida no mesmo prazo (Ex: licença de funcionamento tem validade por um ano);

13.1.11. No caso de ocorrer rescisão contratual, independente da parte que deu causa ao rompimento, a conduta profissional, perante o paciente em tratamento será pautada pelos princípios do Código de Ética da categoria;

13.1.12. Aceitar e acatar os atos normativos ou regulamentos emitidos pela Direção da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, e pelo Ministério da Defesa, atendendo às suas normas e diretrizes;

13.1.13. O prestador do serviço (CREDENCIADO) é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do credenciamento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;

13.1.14. Permitir a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia avaliar o atendimento e os serviços prestados aos USUÁRIOS, por intermédio de auditorias (Visitas Técnicas) específicas realizadas por profissionais do quadro da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia que se reserva o direito de recusar ou sustar os serviços quando não atenderem ao estipulado em portarias normativas;

13.1.15. Responder tempestivamente a todos os questionamentos que os auditores julgarem necessários para a melhor fiscalização dos serviços prestados;

13.1.16. Desenvolver diretamente os serviços credenciados, não sendo permitida a subcontratação dos serviços que se relacionem especificamente ao objeto do credenciamento, sob pena de rescisão contratual imediata, salvo quando previamente comunicado e autorizado pela Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, por meio de Parecer Técnico;

13.1.17. Os serviços contratados serão prestados diretamente pelo profissional credenciado, em se tratando de Pessoa Física, ou por profissional da própria Organização de Saúde Extra Marinha, entendendo-se como tal:

13.1.17.1. O membro do Corpo Clínico da CREDENCIADA;

13.1.17.2. O profissional que tenha vínculo de emprego com a CREDENCIADA; e

13.1.17.3. O autônomo que presta serviço à CREDENCIADA em caráter regular, equiparando-se o profissional de saúde, integrante de empresa, grupo ou sociedade de profissionais que exerçam atividade na área de saúde, em caráter regular, nas instalações da CREDENCIADA; e

13.1.18. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Credenciamento.

13.1.19. A CREDENCIADA responderá por eventuais irregularidades ou acidentes que venham a ocorrer na prestação dos serviços, não implicando em qualquer responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo se apurado e comprovado que qualquer irregularidade tenha decorrido de ação ou omissão funcional.

13.1.20. A inadimplência do CREDENCIADO, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CREDENCIANTE, nem poderá onerar o objeto deste Credenciamento, razão pela qual o CREDENCIADO renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia ou a MARINHA DO BRASIL.

13.2. O CREDENCIANTE, deverá:

13.2.1. Fornecer autorização por meio de senha para os seus usuários;

13.2.2. Fornecer materiais informativos e comunicados referentes às determinações administrativas que visem o gerenciamento do Credenciamento;

13.2.3. Dirimir as dúvidas do prestador do serviço (CREDENCIADO) sobre o objeto da contratação, no tocante às divergências ou inovações na política administrativa e assistencial do Sistema de Saúde da Marinha (SSM), notificando-a por escrito a respeito de irregularidades detectadas na execução dos serviços;

13.2.4. Auditar as faturas apresentadas e encaminhá-las para pagamento;

13.2.5. Realizar auditorias e perícias nos procedimentos, obedecendo aos princípios

estabelecidos no Código de Ética da categoria;

13.2.6. Colocar à disposição dos usuários a lista, com endereço, horário e especialidades, dos Credenciados, sem interferir na escolha do usuário;

13.2.7. Disponibilizar o setor de Ouvidoria desta Policlínica Naval para reclamações dos usuários, possibilitando que os mesmos denunciem qualquer irregularidade no atendimento pela CREDENCIADA; e

13.2.8. Notificar a CREDENCIADA as irregularidades constatadas pelo usuário em qualquer tipo de atendimento ou procedimento por ele executado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1. O prazo de vigência deste Termo de Credenciamento será contado a partir da data de sua assinatura.

14.2. Por ser tratar de serviços contínuos, a vigência das contratações firmadas com o Credenciado terá prazo indeterminado.

14.3. A cada período de 12 meses, contados da assinatura do contrato, os credenciados deverão demonstrar a excelência dos serviços prestados e a continuidade do cumprimento dos requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório.

14.4. Caberá ao Gestor e Fiscal do Contrato, por instrumento próprio, demonstrar a vantajosidade na continuidade da prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO DESCREDENCIAMENTO

15.1. Desde que não prejudique a saúde dos beneficiários do Sistema da Marinha, a CREDENCIADA poderá solicitar formalmente à Comissão Especial de Credenciamento e Fiscalização e ao Fiscal do Contrato, o descredenciamento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, observados os itens 15.5 e 15.6 desta cláusula.

15.2. Caso a CREDENCIADA esteja em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, não poderá se utilizar do previsto no item 15.1 desta cláusula, enquanto não concluído o processo de apuração.

15.3. O CREDENCIANTE poderá, em se verificado o descumprimento de normas estabelecidas neste termo de Credenciamento, interromper temporariamente a sua execução até decisão exarada em processo administrativo sumário próprio que, observado o contraditório e a ampla defesa, comprovada a culpa ou dolo, decidirá pelo descredenciamento da instituição ou do profissional pertencente ao corpo clínico.

15.4. De acordo com os incisos I a VIII do artigo 78, da Lei nº 8.666/1993, o descredenciamento realizado com base nos motivos previstos na CLÁUSULA XVII do Termo de Credenciamento impedirá a instituição de pleitear novo credenciamento por interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.

15.5. Os tratamentos em curso deverão ser concluídos pela entidade descredenciada, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa da Comissão Especial de Credenciamento.

15.6. O descredenciamento não eximirá a entidade das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA E DOS ENCARGOS SOCIAIS

16.1. As partes desde já ajustam que não existirá para o CREDENCIANTE qualquer solidariedade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os empregados da CREDENCIADA, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindo da relação empregatícia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

17.1. Os contratos poderão ser rescindidos nos casos de inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos citados no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, conforme abaixo descrito:

17.1.1. Determinado por ato unilateral e motivado da Administração, nos seguintes casos:

17.1.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular dos prazos, cláusulas e serviços contratados; Interrupção dos trabalhos por parte do CREDENCIADO, sem justa causa e previa comunicação a Administração;

17.1.1.2. Atraso injustificado no início dos serviços;

17.1.1.3. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CREDENCIADO com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;

17.1.1.4. Não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento, assim como das de seus superiores;

17.1.1.5. Cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotadas na forma do § 1º do art. 67, da Lei nº 8.666/1993;

17.1.1.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, bem como a dissolução da sociedade ou o falecimento do CREDENCIADO;

17.1.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do contrato;

17.1.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

17.1.1.9. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato; e,

17.1.1.10. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

17.1.2. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento de credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração e não prejudique a saúde dos beneficiários do FUSMA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

17.1.2.1. Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, o CREDENCIADO não poderá solicitar a rescisão, enquanto não concluído o processo de apuração.

17.1.3. Por rescisão judicial promovida por parte do CREDENCIADO, se a Administração incidir em quaisquer das seguintes hipóteses:

17.1.3.1. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao credenciado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação; e,

17.1.3.2. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrente de serviços, ou parcelas destes, recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao credenciado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

17.2. A rescisão administrativa ou amigável devesse ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o devido processo legal.

17.3. O CREDENCIADO poderá, no curso de processo de apuração das hipóteses de rescisão administrativa, interromper temporariamente a execução dos serviços, observado o limite fixado no subitem 17.1.3.1.

17.4. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas 17.1.1.8 e 17.1.1.9, do subitem 17.1.1 e subitem 17.1.3, sem que haja culpa do CREDENCIADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados, tendo direito a:

17.4.1. Devolução de garantia;

17.4.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

17.4.3. Pagamento do custo da desmobilização.

17.5. A rescisão unilateral por ato da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato:

17.5.1. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

17.5.2. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados a Administração.

17.6. É permitido a Administração, no caso de recuperação judicial do CREDENCIADO, manter o ajuste, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

17.7. Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte do CREDENCIADO, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CeIMSPA.

17.8. A rescisão não eximira o CREDENCIADO das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, o CREDENCIADO que, no decorrer deste processo:

18.1.1. Apresentar documentação falsa;

18.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos neste processo;

18.1.3. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

18.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

18.1.5. Cometer fraude fiscal;

18.1.6. Fizer declaração falsa;

18.1.7. Ensejar o retardamento do procedimento de credenciamento;

18.1.8. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

18.1.9. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, ou no Contrato.

18.2. O CREDENCIADO que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

18.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.2.2. Multa:

18.2.2.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

18.2.2.2. Compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato; e

18.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SÃO PEDRO DA ALDEIA – MARINHA DO BRASIL, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

18.2.4. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

18.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.4. Também ficam sujeitas as penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

18.4.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

18.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.4.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurara o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.4.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado a Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.4.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados a Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.4.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.4.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.4.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

19.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior para efeito de não aplicação de multas, se satisfatoriamente justificados pelo CREDENCIADO perante a Marinha, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a realização dos serviços no local onde estiver sendo executado o objeto do acordo:

19.1.1. Greve geral;

19.1.2. Calamidade pública;

19.1.3. Interrupção dos meios normais de transporte;

19.1.4. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e

19.1.5. Outros casos que enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. Para dirimir as controvérsias entre as partes, oriundas da execução do presente Termo de Credenciamento, fica eleito o Foro da Justiça Federal da cidade de São Pedro da Aldeia – RJ.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS CÓPIAS

21.1. Do presente Termo são extraídas as seguintes cópias:

21.1.1. uma para o CREDENCIANTE;

21.1.2. uma para a CREDENCIADA;

21.1.3. uma para a Diretoria de Saúde da Marinha;

Continuação do Termo de Credenciamento nº 91181/___-___/___ do CeIMSPA.

21.1.4. uma, em extrato para publicação em DOU.

E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Termo que, lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes e testemunhas a seguir, a este ato presentes.

São Pedro da Aldeia-RJ, na data da assinatura.

LEANDRO RUBINO RAMOS
Capitão de Fragata (IM)
Ordenador de Despesas
(Credenciante)

CREDENCIADA
CNPJ
(Diretor ou especialidade médica)
(Credenciada)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Testemunha

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Testemunha